

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Divulgação



"Dark Horse" recolocou corrupção no centro do debate

Master recolocou corrupção no centro do debate

De acordo com o diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, o caso Master recolocou a corrupção no centro do debate eleitoral. Antes, esse não aparecia como um tema forte no conjunto da preocupação dos eleitores. Agora, segundo as suas pesquisas, a corrupção é um dos três temas maiores de preocupação dos pesquisados, junto com segurança pública e inflação. Ainda que o diretor da Quaest, Felipe Nunes, aponte também para algum efeito de programas do governo, como o aumento da isenção do Imposto de Renda e o Desenrola 2, para Murilo é a questão da corrupção que agora desgasta o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (RJ), na corrida contra Luiz Inácio Lula da Silva pela Presidência.

Flávio à mercê de novas denúncias

Hidalgo observa que Lula vem obtendo melhoras aos pouquinhos. Ou seja, desde que estourou a história do dinheiro pedido por Flávio Bolsonaro ao dono do Master, Daniel Vorcaro, o presidente foi experimentando pequenas melhoras, e Flávio pequenas quedas. O desempenho, porém, ainda leva a eleição para um segundo turno. Se esse processo estanca ou avança mais no futuro, dependerá de novas denúncias com relação ao caso Master.

Valter Campanato/Agência Brasil



Marinho afirma que será feita prestação de contas

Delação parada gera alívio

Nesse sentido, gera certo alívio ao entorno de Flávio Bolsonaro o fato de Vorcaro não ter conseguido homologar sua delação premiada. Pode ser um prenúncio de que não surjam novas novidades. Se for assim, o comando da campanha de Flávio considera que a crise pode ser estancada, com um bom tempo de estrada até a eleição de outubro. O caso poderia, assim, acabar diluído no meio de outras questões em debate. O problema é que não há nenhuma garantia de que outras denúncias não apareçam.

Para PF, há muita informação

Como disse há algum tempo aqui no Correio Político o diretor de Estratégia da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), Flávio Werneck, o volume de informações apurado faz o caso depender de eventuais delações. E nem tudo o que se obteve já foi analisado. Novas fases da Operação Compliance Zero deverão ainda acontecer.

Aprovação

Um dado que Murilo Hidalgo observava era que, apesar do avanço, Lula ainda tinha um índice de reprovação maior que o de aprovação. Algo que poderia levar a uma reversão negativa para ele no segundo turno. Mas a pesquisa BTG/Nexus divulgada na segunda mostra aprovação de Lula maior que a aprovação.

Margem de erro

Trata-se ainda de algo dentro da margem de erro da pesquisa. Mas a aprovação de Lula ficou em 48% contra uma desaprovação de 47%. É a primeira vez em 2026 que isso acontece nos levantamentos BTG/Nexus. Somente outras pesquisas determinarão se é um soluço momentâneo ou uma nova tendência.

Contas

O comando da campanha de Flávio Bolsonaro tem dito que será apresentada uma prestação de contas do filme "Dark Horse" e que ela será capaz de desinflar todo o desgaste que a história do dinheiro pedido a Daniel Vorcaro provocou. O problema é que, até agora, há muito mais dúvidas do que respostas.

Quanto foi?

Segundo a produtora do filme, "Dark Horse" teria custado R\$ 75 milhões. E esse é já o primeiro detalhe a partir do qual a conta não fecha. Flávio pediu a Vorcaro R\$ 134 milhões. Teria recebido R\$ 60 milhões. Ou seja, o dinheiro que recebeu do Master já praticamente paga todo o custo do filme. Mas não houve outros investidores?

Fundo

Os recursos do filme, segundo as explicações, foram geridos por um fundo submetido à legislação dos Estados Unidos. E os dados não teriam sido divulgados até agora para preservar a confidencialidade de outros investidores. Mas se Vorcaro tivesse pago os R\$ 134 milhões teria financiado o filme integralmente.

80 por cento

Se efetivamente repassou R\$ 60 milhões para o filme, Vorcaro, sozinho, financiou 80% da produção de "Dark Horse". Curiosamente, logo que o caso estourou, a produtora GoUp divulgou uma nota afirmando que "não consta um único centavo" proveniente de Vorcaro ou de suas empresas no filme.



Mesmo com sessões virtuais, Motta fará votações

Câmara deve votar 6X1 e Misoginia esta semana

PL da redução da jornada de trabalho visa destravar pauta

Por Gabriela Gallo

Apesar da semana com sessões virtuais na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (16) está agendada para 14 horas a reunião de líderes que discutirá o projeto de lei apresentado pelo governo que determina a redução da jornada de trabalho e determina o fim da escala 6X1 (em que o empregado descansa somente um dia da semana).

Os parlamentares também debaterão o chamado PL da Misoginia, projeto de lei que equipara a misoginia ao crime de racismo (que é inafiançável). E, segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a previsão é que ambos os temas sigam para votação no plenário da Casa ainda nesta semana.

Apesar de ser o mesmo tema da Proposta de Emenda à Constituição aprovada com ampla maioria no plenário da Câmara (PEC 221/2019), que atualmente está pendente no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1.838/2026, encaminhada pelo Poder Executivo, está travando a pauta na Câmara. Isso porque, quando o governo federal encaminhou a medida, o projeto chegou com regime de urgência constitucional, ou seja, tinha o prazo de 45 dias para ser analisado na Câmara. Como o texto foi entregue em 14 de abril, o prazo de discussão e votação do projeto expirou, o que travou a pauta.

Diante disso, Motta definiu na última semana o deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), mesmo relator da PEC 221/2019, como relator do PL do governo estrategicamente para acelerar a votação da medida e destrancar a pauta para outros temas que os parlamentares consideram prioritários.

Ambos os projetos determinam a redução da jornada de trabalho de trabalhadores com carteira assinada de 44 horas semanais para 40 horas semanais, além de determinar o fim da escala 6X1 para, no mínimo, uma escala 5X2, sem redução salarial. A questão é que, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição altera a Legislação brasileira, o projeto de lei do governo altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e outras normas trabalhistas.

O Projeto de Lei (PL) nº 896/2023, batizado de PL da Misoginia, criminaliza a misoginia (que é o ódio, desprezo ou aversão extrema à mulheres exclusivamente por questões de gênero) e a equipara ao crime de racismo, que é previsto na Constituição brasileira como inafiançável. A relatora da proposta, deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), apresentará aos líderes o texto final definido no Grupo de Trabalho (GT) da Casa para debater o tema, também coordenado por Tabata. O GT votará o parecer também nesta terça-feira.